

O silêncio das Igrejas Cristãs protestantes brasileiras em relação às questões dos Negros no país

Jurandir de Almeida Araújo¹

Deyse Luciano de Jesus Santos²

Resumo O presente artigo tem como objetivo tecer uma análise teórico-reflexiva acerca da omissão e silêncio das igrejas evangélicas no que se refere ao lugar marginal que a população negra ocupa na sociedade brasileira desde o período escravista. Compreendendo que essa é uma discussão que reflete a dificuldade dos cristãos em lidar com as questões étnico-raciais nos espaços de educação, devido à problemática em torno da cultura de matriz africana, tecida e resistida nos terreiros de candomblé. Como a escola de fato pode contribuir com a desconstrução de uma sociedade racista, se lidar com a história e cultura africana no seu currículo tem sido cada vez mais difícil devido a problemática questão religiosa presente nesse espaço?

Palavras-chave: Igrejas Evangélicas. Negros. Omissão. Silenciamento. Educação

Introdução

As igrejas protestantes cristãs, popularmente denominadas de igrejas evangélicas, desde a sua introdução na sociedade brasileira, têm se mostrado incessíveis, omissas e silenciosas no que se refere às questões das relações étnico-raciais no país, isto é, no que diz respeito ao lugar marginal em que a população negra se encontra na sociedade brasileira desde o período escravista. Segundo argumenta Alcântara (2011, p. 87), estas igrejas, “tanto históricas quanto pentecostais, contribuíram para que a situação de discriminação e marginalização dos negros no Brasil fosse por tanto tempo perpetuadas”.

¹ Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor Formador do Curso de Pedagogia EaD/UNEB. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Desigualdade e Diversidade e da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) pela Justiça Social (ABRAPPs). E-mail: juran-araujo@hotmail.com

² Doutoranda e Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Desigualdade e Diversidade. E-mail: deyse10luciano@gmail.com

Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo tecer uma análise teórico-reflexiva acerca da omissão e silêncio das igrejas evangélicas no que se refere ao lugar marginal que a população negra ocupa na sociedade brasileira desde o período escravista. E toma como base, para tal análise, os estudos teóricos de autores como: Branchini (2008), Pereira (2010), Silva (2011), Santos (2012a, 2012b), entre outros. E partimos da compreensão de que se trata de uma discussão que devido à problemática em torno da cultura de matriz africana, tecida e resistida nos terreiros de candomblé, reflete a dificuldade e resistência dos cristãos em lidar com as questões étnico-raciais nos espaços de educação, não apenas nas escolas confessionais, mas também nas escolas não confessionais e em todos os espaços que estes se façam presentes.

Dificuldade e resistência que tem se constituído em um empecilho para a inclusão, valorização e respeito à História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no cotidiano das salas de aulas das escolas brasileiras, como orienta a Lei 10.639/03³. E, por conseguinte, a história e cultura dos povos indígenas, como orienta a Lei 11.645/08⁴.

Cabe destacar, no entanto, que não é a nossa intenção neste artigo culpar as igrejas evangélicas por questões tão nevrálgicas que acomete a população negra no decorrer da história da nação brasileira, mas, sim, discutir e refletir sobre como estas têm se posicionado diante a situação marginal do negro no Brasil desde o período escravocrata. Como sinalizado no primeiro parágrafo e veremos a seguir, tais igrejas, desde a sua implantação na sociedade brasileira, têm contribuído para a discriminação e marginalização da população negra no país.

³ A Lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade da inclusão da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo das escolas, públicas e privadas, do ensino fundamental e médio do país.

⁴ A Lei 11.645/08 complementa a Lei 10.639/03 ao estabelecer a obrigatoriedade da história e cultura dos povos indígenas no currículo das escolas, públicas e privadas, do ensino fundamental e médio do país.

O mito da democracia racial nas Igrejas Cristãs protestantes

A prática do preconceito e discriminação do negro e de tudo que faça parte de sua cultura chega também no Brasil a partir do protestantismo norte americano, que vinham do sul dos Estados Unidos, onde muitos desses líderes já tinham por prática a segregação, por ser essa uma área de grande concentração de negros que durante o processo de colonização serviu como mão de obra escravizada nas lavouras assim como ocorreu no Brasil. Lidar então com essa questão na América do Sul não seria problema algum, os missionários não interferiam nas questões de ordem política e social do país, e como os primeiros grupos missionários que aqui aportaram estiveram mais próximos da elite intelectual brasileira, as primeiras igrejas protestantes tinha uma configuração muito mais mestiça e branca do que de fato negra.

O protestantismo de missão chega a partir de 1835 no Brasil, e os primeiros a se instalarem foi a partir da Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro. No entanto, por questões de falta de condições de investimento, em 1841, cessaram essa primeira investida. A segunda investida se dá com o retorno da igreja Metodista na figura do Pastor presbiteriano, que na época também era secretário da embaixada americana no Rio de Janeiro, James C, Fletcher. Segundo Émile Léonard (em artigos datados de 1954) no livro *Protestantismo e História*, compilado por Carvalho (2013), os nativos que acolheram e se converteram a nova fé, era constituída da elite letrada brasileira, pois havia uma complexidade grande na proposta eclesiástica presbiteriana o que acabou por afastar os menos favorecidos.

Foi então o século XIX o momento do protestantismo missionário de conversão no Brasil com a Igreja Anglicana no Rio de Janeiro, em 1810, seguida da Evangélica Congregacional do Brasil, em 1858, a Presbiteriana, em 1861, a Batista, em 1882, em Salvador, a Episcopal, em 1890, no Rio Grande do Sul, a Adventista, em 1895, em Santa Catarina. Dentro desse contexto, a igreja Batista vai se destacar por introduzir o leigo na sua formação. Assim, diferente das demais denominações que só tinham pastores estrangeiros a igreja Batista vai investir nos líderes nativos o que vai

lhe gerar um grande crescimento, e a igreja aos poucos vai se tornando cada vez mais negra e mestiça.

Dreher (1999), afirma que as igrejas missionárias chegam ao Brasil sem povo e aos poucos vão conquistando seus fiéis, mas será de fato com o pentecostalismo que a conversão da massa se fará em grande escala. Vale ressaltar, que o pentecostalismo surge no interior de uma igreja Batista no início do século XIX, em Los Angeles, quando William Seymour conheceu o Espírito Santo e passou a pregar a partir do fenômeno da Glossolalia.

Um negro começava a apresentar ensinamentos estranhos, tendo como único alicerce sua própria experiência. Aquela doutrina possibilitava a todas as pessoas, inclusive das classes socialmente menos favorecidas, a liberdade de ação e culto, livre da institucionalização das igrejas históricas (OLIVEIRA, 2004, p. 28).

Trata-se, no entanto, de um movimento popular com uma doutrina que acompanhava o estilo de vida e o cotidiano da população menos favorecida, o que não deixa dúvidas ao nos depararmos com os dados do IBGE de 2010, que apresentam a concentração da população negra do Brasil concentrada nas igrejas evangélicas pentecostais. Considerando que a questão racial independe da religiosidade, pois o preconceito e a discriminação racial estão presentes nos mais variados espaços de socialização.

Nesta perspectiva, pode-se asseverar que as igrejas evangélicas, tenham acolhido os negros dentro dos seus espaços, estas, no passado se mostraram coniventes com o sistema escravista e nos dias atuais, além de demonizar a cultura negra, se negam a discutir questões tão caras à população negra, tais como: segregação racial, racismo, preconceito, discriminação, negritude, ações afirmativas, entre outras.

Negação que perpassa pela construção histórica da demonização da cultura de matriz africana, uma vez que para os cristãos as religiões de matriz africana são cultos demoníacos e, portanto, merecem descrédito e devem ser combatidos a todo custo. Essa visão negativa da religiosidade do povo negro, que foi construída desde os primórdios da colonização do Brasil

pelos jesuítas, posteriormente, foi postergada com a chegada do protestantismo no país.

No dizer de Alcântara e de Silva (2008, p. 47), diante do constrangimento e da impossibilidade de respostas, as igrejas evangélicas fogem “como o diabo foge da cruz” de temas polêmicos que demandem o mínimo de reflexão, tendo sempre a manter “uma postura fundamentalista e dogmática de tudo”, tanto no que se refere à questão racial quanto a outras questões “como a sexualidade, o sexo, os desejos, atração e o prazer”. A observação dos autores citados é complementada por Pereira (2010) quando este pondera que:

Falar sobre segregação racial, racismo e preconceito nas igrejas sempre foi um tabu. Aparentemente, mexer nessas questões é como tocar alguns ferimentos mal cicatrizados, certas mazelas que insistem em incomodar a igreja brasileira. Por isso, ainda hoje, as igrejas cultivam o mito da igualdade racial (PEREIRA, 2010, p. 108).

Mito esse ainda muito presente no imaginário popular brasileiro. Mesmo o Estado brasileiro reconhecendo a existência do racismo e da discriminação racial no país, e, desta forma, implementando algumas políticas de promoção da igualdade racial, isto é, políticas afirmativas, muitos ainda são os brasileiros que defende que não existe racismo no Brasil, mas sim preconceito social de classe. Para o autor supracitado, a falta de interesse acerca das questões da população negra brasileira no meio evangélico nos leva a inferir que esse silêncio ensurdecedor das igrejas protestante revela um mal-estar oriundo

dos protestantes europeus e norte-americanos, que durante o processo de escravidão brasileira foram coniventes com políticas e práticas sociais discriminatórias, opostas ao discurso cristão de igualdade dos homens perante Deus (PEREIRA, 2010, p. 109).

Mas, é preciso refletir que assim como os outros cidadãos brasileiros, das mais variadas confissões de fé aqui presentes, os evangélicos também

são frutos de uma educação em prol de uma sociedade racista e preconceituosa. Além disso, a negação e demonização da cultura dos povos africanos e indígenas no Brasil, sempre estiveram presentes no discurso das igrejas de matriz cristã. Como não ter essa visão e postura diante de toda essa errônea construção acerca da história e cultura desses povos?

De fato, a compreensão do evangélico a respeito da questão racial no Brasil, vem sendo a mesma de boa parte da população: no Brasil não há preconceito de cor, mas de classe. Santos (2012a, p. 49-50) ao questionar fiéis assembleanos a respeito do preconceito racial no interior de suas denominações, alguns afirmaram:

Discriminação em relação à questão de cor, não. Mas tem que estar bem arrumado, hoje em dia não repara muito nisso, mas em como está vestido. A maioria das pessoas da igreja são negras. Se você não está bem vestido, mesmo com muito tempo dentro da igreja, você não vai lá na frente nem cantar, principalmente se for homem, se estiver de terno é logo convidado para o púlpito. O que mais tem na Assembléia de Deus é preto. Muitos pastores são pretos!.

Lá mesmo em Catú tinha muitos pastores negros e aqui na nossa igreja tem um presbítero negro, ele não é bonito não, mas é muito educado. Ele é muito fino, todo mundo gosta dele, mas ele é negro.

Assim se configurou a sociedade brasileira a partir da crença no mito da democracia racial, que afirma o Brasil enquanto espaço livre de preconceito, onde todos os grupos étnicos e raciais convivem em harmonia, pois afinal, somos legitimamente mestiços, e afirmar o preconceito seria uma contradição. No entanto, sabemos que não é bem assim, e que assim como as escolas, a mídia, os espaços públicos e as instituições públicas, as igrejas evangélicas não só mantêm e reafirmam esse discurso, como também contribuem para sua reprodução quando não atenta para os problemas de preconceito presente em seu cotidiano. Além disso, boa parte das denominações cristãs propaga sua fé e estabelecem sua prática diária a partir dos ensinamentos provenientes dos cultos e das escolas dominicais que têm nas suas publicações mensais, semestrais, brochuras e na própria

bíblia os ensinamentos que competem a construção de sua mundividência. Como não de se esperar, ainda é muito pouco a representação do negro nas produções impressas das igrejas, e quando há os mesmos ainda ocupam espaços inferiores ao dos brancos⁵.

Todavia, existe exceção, pois conforme os estudos de Pereira (2010, p. 96) a Igreja Metodista é a única igreja evangélica, no Brasil, que tem se interessado e introduzido à temática negra no seu interior, a única que possui um ministério de ação afirmativa, com um “trabalho voltado para o público negro em seus mais diversos aspectos”. Nesse sentido, cabe ressaltar que atualmente já contamos com outras igrejas protestantes cristãs, de caráter popular e de abrangência local, preocupadas com a temática negra ou voltadas para a população negra, a exemplo da Igreja Negra COPATIZO, funda e ainda circunscrita a capital baiana, Salvador, e a Igreja do Pinho, em Maceió.

É histórico o silêncio e a omissão das igrejas cristãs brasileiras acerca das questões dos negros no país

As igrejas cristãs, segundo Cícm (1998), tanto a católica quanto as reformadas (protestantes) se envolveram de alguma forma no projeto mercantil dos poderes vigentes no Brasil de acordo com cada época. Estas se envolveram, prossegue o autor, no comércio triangular, iniciado no século XVI, entre Europa, África e América, que envolvia a circulação de produtos de um lugar para outro de acordo com as demandas, que significou o controle do Estado sobre os negócios em benefício da nação e estabelecimento de sociedade com monopólio e privilégios, evitando qualquer tipo de dependência entre países rivais.

Assim, segundo o autor supracitado, a falta de responsabilidade das igrejas cristãs para com a população negra deve ser buscada no mercantilismo (CÍCM, 1998). Argumenta ainda que “o comprometimento das igrejas cristãs com a estrutura vigente e sua inautenticidade deixam a comunidade negra a mercê dos detentores dos poderes comerciais,

⁵ Dados revelados nos estudos de Santos (2012b).

econômicos, políticos e, porque não, culturais e religiosos” (CICM, 1998, p. 57). Nesse sentido, podemos dizer que ao se manterem condescendente com a estrutura societária vigente, as igrejas protestantes cristãs contribuem para a manutenção das desigualdades étnico-raciais, assim como para a discriminação e marginalização da população afro-brasileira e, quase sempre, se beneficiando de tais desigualdades.

Na mesma direção, a Igreja Metodista, na Carta Pastoral dos Bispos e Bispas Metodistas, intitulada de *Racismo: Abrindo os olhos para ver e o coração para acolher*, pondera que, no Brasil, durante o período escravista, “praticamente todas as denominações religiosas cristãs ocidentais, católicas e protestantes, não só foram omissas como também apoiaram e se beneficiaram do sistema político-econômico escravagista e desumanizante” (IGREJA Metodista, 2011, p. 09).

Estudos como os de Martins (2008), de Pereira (2010), de Silva (2011) entre outros, evidenciam que os missionários protestantes que aqui chegaram, no período escravista, não se posicionaram contra a escravidão, os poucos que se mostravam contrários era por uma questão moral e religiosa, mas eram incapazes de fazer qualquer coisa de concreto para interferir no sistema escravocrata. Na opinião dos missionários, a escravidão era um problema do governo e a igreja não tinha nada a ver com isso, pois, o papel da igreja, no ponto de vista destes, era integração, conversão, regeneração e educação do negro para dentro da cultura protestante. Não estando, desta forma, preocupada com a sua emancipação.

Para Cicm (1998, p. 58):

Ao participar ativamente da colonização e, pior, da escravização, as igrejas cristãs perderam a capacidade de se enxergarem a si mesmas e de reconhecer seus limites e a dignidade de milhares de pessoas da comunidade negra e de seus direitos fundamentalmente estabelecidos pela fé em Jesus Cristo.

No entanto, argumenta a Igreja Metodista que diante do desafio de implantar o protestantismo numa sociedade fortemente dominada pela igreja católica, os missionários protestantes optaram por concentrar seus esforços

na missão de conquistar adeptos, construir igrejas e organizar escolas (IGREJA Metodista, 2011). Evitando se envolver em questões políticas, principalmente no que se referia ao sistema escravista. O interesse estava voltado exclusivamente em fincar raízes na sociedade brasileira e destituir a supremacia da igreja católica no país.

Na visão de Martins (2008, p. 115), o modelo religioso das igrejas evangélicas que aqui chegaram, “na segunda metade do século XIX, constituiu-se uma alternativa à hegemonia católica romana nos campos da religião e da educação”. No entanto, não diferente da igreja católica, dispensavam tratamento diferenciados para com os seus fiéis, pois, o tratamento dispensado a elite (aos brancos) era diferenciado ao dispensado aos negros (livre ou escravizado). Enquanto que para a elite eram fundadas escolas pensando no desenvolvimento social, intelectual, econômico e profissional desta, para os fiéis negros/as a única coisa que lhe eram dadas era a palavra de Deus, disciplinando-os para manteres submissos ao que estava posto social, cultural, político e economicamente.

Na opinião de Alcântara (2008, p. 103):

A história da igreja evangélica no Brasil sempre favoreceu aos brancos, em detrimento de tudo que acontecia com índios e negros. A igreja protestante chegou ao solo brasileiro em plena escravidão e manteve-se omissa e conivente com as atrocidades praticadas.

E, desta forma, as igrejas de tradição protestantes cristãs contribuíram (e continua contribuindo) para a manutenção da hegemonia da cultura dominante, bem como para a manutenção dos privilégios dos grupos detentores do poder em detrimento dos direitos ou falta de direitos dos grupos estigmatizados – negros, indígenas, entre outros.

Branchini (2008) é taxativo ao afirmar que, apesar de ser representativa a presença de pessoas negras no interior das igrejas cristã, católicas e evangélicas, historicamente as tradições africanas e indígenas sofrem perseguições do segmento religioso cristão. E que “a evangelização fundamentada na visão racista contribuiu para desqualificação da

espiritualidade dos povos africanos e consequente subalternidade política, econômica e sociocultural aos colonizadores europeus” (BRANCHINI, 2008, p. 14).

Ainda de acordo com o autor supracitado, influenciadas pelo racismo e pela teologia de origem racista que descreve o pecado e o diabo como da cor preta, as igrejas cristãs demonizaram tudo que era de origem africana e cor preta. Os símbolos e as religiões de matriz africana eram e ainda são concebidos como símbolos do mal e de tudo que é negativo e inferior e, por conseguinte, contrários ao cristianismo. Estas igrejas, utilizando-se de técnicas disciplinares para submissão dos/as negros/as à supremacia branca e à ordem por esta estabelecida, impuseram a sua cultura aos fieis negros/as. Por meio de sermões e estudos bíblicos inculcou nos negros/as a naturalização de que culturas e religiões destes eram inferiores, bem como “sacralizou os rituais cúlticos e costumes protestantes como padrão cristão” (BRANCHINI, 2008, p. 17).

Assim, nos dias atuais, as igrejas cristãs, principalmente as neopentecostais, a olhos vistos, se utilizam do discurso racista de demonização da cultura e religiosidade de matriz africana para justificar todas as mazelas que acomete a sociedade brasileira, e desta forma, continuam a se beneficiar da estrutura político-econômico vigente. Neste contexto, tanto no passado como no presente, como observa Frizotti (1998, p. 65), “se ser negro é ser vítima de maldição e idolatria, há que abandonar a própria cultura e religião, há que torna-se branco para ser libertado do mal (mas não dos castigos)”. Deste modo, desde sempre negros/as que adentram os espaços das igrejas evangélicas se veem obrigados/as a renunciar a sua cultura, a sua identidade e a sua estética negra, passando, assim, por um processo de branqueamento e de negação de suas origens e de seus ancestrais africanos.

Alcântara e Silva (2008, p. 37) nos chama a atenção para o fato de que mesmo a população negra (somando negros e pardos) sendo majoritariamente superior a população branca no Brasil, as igrejas cristãs, em particular as igrejas protestantes evangélicas, não tem observado a riqueza cultura da população negra e nem como esta cultura pode somar a

cultura evangélica, “de modo geral, a liturgia, a música e a educação das igrejas ditas evangélicas no Brasil são brancas, e o negro, para ter acesso a elas, tem que sofrer um processo de branqueamento”.

Acordando com o pensamento de Alcântara e Silva (2008), Branchini (2008, p. 19) assevera que prevalece ainda no meio evangélico brasileiro o juízo de que ao se converter ao cristianismo o/a novo/a cristão deve obrigatoriamente assumir uma nova identidade, bem como novos referenciais de vida, rompendo, assim, com os vínculos culturais não cristãos. No caso do/a negro/a convertido/a, com os “vínculos culturais africanos e afro-brasileiros, incluindo os atributos corporais e estéticos”. Nesse sentido, na concepção do autor citado, “as identidades étnicorracial e religiosa estão em oposição” (BRANCHINI, 2008, p. 19). Ou seja, existe um conflito entre identidade negra e religiosidade cristã. Acrescenta ainda que:

A invisibilidade histórica da configuração multirracial da igreja tem favorecido a visibilidade do protagonismo das pessoas brancas, que estão, em geral, em posições de poder; e ocultado o protagonismo dos negros metodista, os quais ficam no anonimato (BRANCHINI, 2008, p. 85).

Neste sentido, Silva (2011, p. 90) é categórico quando diz que as igrejas cristãs brasileiras não podem mais “continuar no seu silêncio e sem reconhecer os erros do passado” no que diz respeito à escravidão. Ressalta ainda que estas, precisam se arrepender e pedir desculpa ao povo negro pelos erros cometidos no passado e que tal arrependimento é apenas “um gesto simbólico” por parte das mesmas. Pedido de desculpa que, a nosso ver, significa um passo importante por parte das igrejas cristãs, em particular as igrejas evangélicas, tanto tradicionais como as pentecostais, para sair do silenciamento em que se mantém acerca das temáticas que envolvem a população negra no país.

A resistência dos cristãos protestantes em lidar com as questões étnico-raciais nos espaços educacionais.

Compreendemos então, que sair do silenciamento significa que, enquanto instituições que promovem conhecimento, as igrejas devem integrar ao seu cotidiano de cultos e escolas dominicais, discussões que contemple a desconstrução intolerante no que diz respeito à história e cultura dos povos africanos e dos afro-brasileiros. Segundo Brandão (1981, p. 07) “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar”. Motivo pelo qual os espaços de fé não podem e não devem ser omissos às causas sociais e aos acontecimentos históricos.

Mas, como desconstruir anos de negação, demonização e preconceito? É fato que os sujeitos aos quais delegamos responsabilidades com as causas étnico-raciais fazem parte de uma parcela grande da sociedade, que ainda vê o negro com toda carga de estereótipo marcado pelo processo de escravidão que consistiu, sobretudo, na negação de sua cultura matriz.

No entanto, também é fato que essa é uma questão que vem sendo dialogada no contexto social. E enquanto sujeitos pertencentes aos espaços comuns de socialização no mundo, precisamos ampliar nossas visões de mundo em prol de uma sociedade mais igualitária, justa e consciente, e a educação é o caminho para isso. O que compreendemos, e aqui propomos dialogar, é que, ainda que o tema seja de fato de grande relevância para a sociedade como um todo, as igrejas cristãs ainda fazem muito pouco a respeito e/ou nada fazem por conta da resistência em dialogar com o “outro”, por conta da diferença negada a cultura do outro.

Tal resistência tem sido facilmente identificada nas instituições formais de educação, independente se são da educação básica ou ensino superior. Nestas instituições, é comum os diálogos feitos a partir de determinados conteúdos, ou disciplinas, terminarem em longos e exaustivos debates, ou mesmo, os alunos se retirarem da sala de aula para evitar o diálogo. E, na condição de pesquisadores e docentes, arriscamos afirmar que a escola,

assim como as instituições de ensino superior, a partir das Leis 10.639/03 e 11.645/08, passaram a conviver diariamente com a resistência e conflitos ideológicos gerados a partir dos posicionamentos religiosos da comunidade escolar. A visão engessada de que a verdade está centrada em uma única profissão de fé, faz da escola um espaço de intolerâncias, que ao contrário de sua proposta no que diz respeito a promover um ensino aprendizagem dando conta da diversidade, tem se revelado contrária ao não propor, ou inserir determinadas atividades a fim de não conflitar com os religiosos.

Mas, o que estamos observando, é que o Brasil tem se configurado como um país cada dia mais religioso, com uma forte influência e crescimento das denominações evangélicas, e, dessa forma, temos cada vez mais comunidades escolares cristãs. O que isso representa? Depende do olhar e de onde se encare o problema, se for por parte da instituição escola, enfrentar essa situação vai além dos muros da escola, precisa chegar às famílias, à comunidade como um todo. É necessário romper, aos poucos, as barreiras que dificultam o diálogo entre as diferentes presenças e culturas presentes no ambiente escolar, apontando a responsabilidade de todos, mas de forma gradual, tolerante e respeitosa.

Quando nos referimos ao outro lado da moeda: alunos, pais, professores e funcionários evangélicos, essa abordagem pode ser interpretada como violência simbólica, ou mesmo como negação da fé desses sujeitos, em favor dos outros. Quando pensado assim, a dificuldade em lidar com a diversidade aumenta, assim, a permanência desses sujeitos na escola é uma situação também para eles de muita dor e conflito, por conta do choque entre os conhecimentos propostos pela escola e suas doutrinas de fé. Reportando-nos aos estudos de Santos (2012b, p. 28), seus informantes afirmam que:

Meu único problema é com a sala de aula, porque o livro de História tem um determinado lugar que fala sobre os Deuses, num certo país, lá eles adoram Ratos, os ratos são deuses e ela sem querer entender: ***“Minha mãe se a Bíblia diz que agente não pode adorar, então porque tá ensinando isso na sala?”***. Então ela tá tendo uma dificuldade de aprender certas coisas, e a escola dominical ensinou que o trigo não deve se misturar com o joio, então

ela diz: - *“Minha mãe, mas se diz que agente não pode se misturar com pessoas erradas, se minha aula diz que eu não posso me misturar com o joio, eu sou o trigo!”* (Grifo da autora).

O choque entre a educação dos espaços de fé e a escola se dá justamente na visão estabelecida pelas igrejas ao propor aos fieis uma diferença entre o “eu” e o “outro”. Quando na escola dominical a criança aprende que o joio não deve se misturar ao trigo, dependendo da conotação em que é empregada a proposta, ela a entende como uma afirmação de superioridade cultural dela em relação ao coleguinha, o que por sua vez gera segregação, intolerância e preconceito. Como podemos perceber, na citação acima, a mãe afirma ser difícil para a filha socializar com os colegas, uma vez que eles possuem comportamentos, éticos e estéticos diferenciados.

Contudo, mais a frente, Santos (2012b, p. 27) apresenta outra fala de um de seus informantes que mostra que para as famílias a escola deve fazer parte da vida do sujeito, pois, segundo ele:

Para ter uma formação para o mundo no mercado de trabalho não depende só da igreja e da família. Depende mais da escola, por que se a pessoa não aprender a ler e escrever, ter uma formação para falar melhor, então ele não vai ter formação para o mercado de trabalho. Já na igreja não, se agente tiver na igreja o tempo todo... da igreja pra casa, da igreja pra casa, ele nunca vai crescer. Até na igreja mesmo ele precisa de ter a escola. Eu mesmo aprendi a ler e escrever em casa, mas se eu não continuasse estudando, não ia ser cobrador de ônibus. É preciso de matemática de português. Na igreja você vai só aprender a Bíblia o que Deus quer de nós espiritualmente. Por que o problema é esse a escola ensina a parte material, a igreja o espiritual e a casa (Grifo da autora).

Então, ela, a escola se torna um mal necessário, afinal é preciso estudar, o mundo do trabalho é o mundo do conhecimento (SANTOS, 2012b). E assim como os pastores hoje já compreendem a importância dos seus fiéis adentrarem os espaços de ensino superior, compreender ser essa uma decisão sábia para sua formação cidadã, seria sábio, também, a compreensão de que as igrejas enquanto espaços de educação podem

contribuir para refletirmos e construirmos uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante, e que a diversidade não deve e não fere os nossos princípios, ao contrário, os lapida para nos tornamos seres humanos mais capazes e felizes.

Considerações finais

No decorrer deste artigo podemos perceber que, desde a sua implantação no Brasil, as igrejas de tradição protestante cristã têm se mostrado omissas, silenciosas no que se refere ao lugar marginal que a população negra ocupa na sociedade brasileira. E também conivente com a estrutura social, política, econômica e cultural vigente, que dificulta a ascensão socioeconômica dos grupos historicamente estigmatizados – negros e indígenas.

Podemos perceber ainda que as igrejas cristãs por meio do seu discurso racista que demoniza tudo que se refere à cultura e vivências religiosas de matriz africana contribuem expressivamente para a manutenção do racismo, bem como para o aumento do preconceito e discriminação racial, religiosa, sexual, etc. O que não deveria ocorrer, pois, afinal os espaços de fé se constituem em espaços de construção de saberes e não de desconstrução, uma vez que, como observamos, ainda mantêm um forte discurso preconceituoso e segregacionista no que diz respeito à diferença.

Tadeu (2005) afirma que o que me faz ser “eu” é que eu não sou o “outro”, e que não é possível discutirmos identidade sem considerarmos a diferença. Mas, a diferença precisa ser trabalhada como positiva, afinal como dizer que o joio e o trigo não se misturam por conta de suas diferenças, mas que podem e devem conviver, ainda que em situações diversas, ocupando outros espaços, dialogando com ideias contrárias? Dessa forma, a proposta foi de refletirmos acerca de nossa responsabilidade enquanto humanos em lidarmos com os nossos iguais humanos, ainda que culturalmente diferentes, afinal, somos sujeitos dotados de identidades múltiplas, mas convivemos em espaços comuns.

Assim, é preciso compreendermos que as políticas de reparação, e no caso as Leis aqui citadas, não fazem assepsia de seus contemplados, pois, ser negro e sofrer preconceito independe de religião, então precisamos agregar e não segregar nossos irmãos de fé ou não.

Referências

ALCÂNTARA, Cláudia Sales. Implementando as políticas de ações afirmativas no Espaço Evangélico: o início de um diálogo. **Identidade**, v. 16, n. 1, p. 72-93, jan./jun, 2011.

_____. Fé, expressão e cultura: por um resgate da negritude na liturgia evangélica. **Padê**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 96-117, jan./jun. 2008.

_____; SILVA, Geraldo Magela de Oliveira. Educação protestante e cultura afro-descendente: uma relação conturbada. **Protestantismo em Revista**. v. 17, p. 37-56, set./dez. de 2008.

BRANCHINI, Diná da Silva. **Religião e identidade**: um estudo sobre negros metodistas da região metropolitana de São Paulo. 2008, 212f. Dissertação (Mestrado) Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, SP, 2008.

CICM, Phambu Ngumba. Comprometimento com a estrutura vigente e inautenticidade: a dívida das igrejas cristãs para com a comunidade negra. In SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de (Org.). **Uma dívida, muitas dívidas**: os afro-brasileiros querem receber. São Paulo: Atabaque: Cultura Negra e Teologia, 1998. p. 47-62.

DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença** - Plural, mas não caótico. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRIZOTTI, Heitor. A dívida com fé e a religião do povo negro. In SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de (Org.). **Uma dívida, muitas dívidas**: os afro-brasileiros querem receber. São Paulo: Atabaque: Cultura Negra e Teologia, 1998. p. 63-76.

IGREJA Metodista. **Racismo**: Abrindo os olhos para ver e o coração para acolher. Carta Pastoral dos Bispos e Bispa Metodistas. 2011.

CARVALHO, Marcone Bezerra (Org.) **Protestantismo e História**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2013.

MARTINS, Luiz Cândido. **A relação entre protestantismo e sociedade brasileira no final do século XIX frente aos temas da educação e escravidão**.

2008, 147 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba. 2008.

OLIVEIRA, Marcos Davi de. A Religião mais negra do Brasil. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.

PEREIRA, Cristina Kelly da Silva. Religião e negritude: discursos e práticas no Protestantismo e nos Movimentos Pentecostais. Revista Eletrônica Correlatio, n. 18, p. 95-113, Dez. 2010.

SANTOS, Deyse Luciano de Jesus. “Tá repreendido em nome de Jesus”: Religião, identidade e conflito com a implementação da Lei 10.639. Curitiba: Appris, 2012a.

_____. **A Palavra e a Escola: Negociação e conflito no trabalho com a Lei 10.639/03. 2012, 14f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador, 2012b.**

SILVA, Hernani Francisco. O protestantismo e a escravidão no Brasil: As igrejas históricas devem pedir perdão ao povo negro? São Paulo: Negritude Cristã, 2011.